**REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO: INSTRUMENTOS, PRÁTICAS E RESPONSABILIZAÇÃO**

Roberto Claudio Bento da Silva

Professor da rede estadual do Ceará. Mestre em Educação pela UFJF e Mestrando em Letras pela UERN.

robertoclaudiobento@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os processos de avaliação e sua importância para a melhoria das práticas docentes. Defendemos que a avaliação ainda se realiza com o objetivo de classificar e rotular os alunos. E ela precisa superar essa lógica e transitar para a visão de uma avalição que esteja a serviço da melhoria das aprendizagens. A qualidade da Educação passa inevitavelmente pela avaliação, o que mostra a necessidade de se melhorar esse processo. Para isso é fundamental que a escola seja capaz de envolver todos os docentes no compromisso com a realização de uma avaliação diagnóstica e formativa capaz de produzir informações individualizadas de cada aluno em particular. Aliada a tais informações, coloca-se também a necessidade de se contemplar nesse processo todos os sujeitos envolvidos, quais sejam: alunos, professores, escola e família, além de se desenvolver estratégias de responsabilização envolvendo todos esses sujeitos que interferem no processo de educação dos alunos. Ou seja, é fundamental que se questionem os resultados da avaliação para, a partir dos dados fornecidos por ela, os profissionais da escola elaborem estratégias de trabalho coerentes com as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos, individualizando as aprendizagens e efetivando uma prática capaz de atender a todos os alunos da sala. Para o desenvolvimento do presente trabalho, tomamos como norte as ideias sobre avaliação defendidas por Perrenoud (1999), Luckesi (2011), Soares (2004), Sousa e Bonamino (2012) dentre outros.

**Palavras chave:** avaliação; prática docente; Ensino-aprendizagem

Abstract: The present study aims to reflect on the evaluation processes and their importance for the improvement of teaching practices. We argue that evaluation is still done with the aim of classifying and labeling students. And it must overcome this logic and move to the vision of an evaluation that is in the service of improving learning. The quality of education inevitably passes through evaluation, which shows the need to improve this process. For this, it is fundamental that the school be able to involve all the teachers in the commitment with the accomplishment of a diagnostic and formative evaluation capable of producing individualized information of each student in particular. In addition to this information, there is also a need to contemplate in this process all the subjects involved, namely: students, teachers, school and family, as well as developing accountability strategies involving all these subjects that interfere in the education process of students. That is, it is fundamental that the results of the evaluation are questioned to, from the data provided by it, the professionals of the school elaborate strategies of work coherent with the needs and possibilities of learning of the students, individualizing the learning and realizing a practice capable of attend to all students in the room. For the development of the present work, we take as the north the ideas about evaluation defended by Perrenoud (1999), Luckesi (2011), Soares (2004), Sousa and Bonamino (2012) among others.

**Keywords**: evaluation; teaching practice; Teaching-learning;

**Introdução**

Segundo Luckesi (2011) a avaliação da aprendizagem escolar começou a ser proposta, compreendida e divulgada a partir de 1930 por Ralph Tyler que estava preocupado com a grande quantidade de alunos que eram reprovados ao ingressarem na escola – 70% - enfatizando em suas ideias a necessidade dos cuidados que os educadores deveriam ter para com a aprendizagem de seus alunos. Diante da falta de controle das situações de aprendizagem, esse educador propôs o ensino por objetivos, segundo o qual o ensino se organizava em quatro partes: “1 ensinar alguma coisa; 2 diagnosticar sua consecução; 3 caso a aprendizagem fosse satisfatória, seguir em frente; 4 caso fosse insatisfatória, proceder a reorientação, tendo em vista obter o resultado satisfatório”. (Luckesi, 2011. p. 28).

No Brasil, iniciou-se uma preocupação com a avaliação nos anos finais da década de 1960 e início dos anos de 1970. No entanto, as ideias e práticas estavam voltadas para a verificação do rendimento escolar através dos “exames escolares” sem uma preocupação em avaliar a aprendizagem do aluno para fundamentar ações a serem implementadas no interior da sala de aula.

Historicamente, a avaliação escolar tem se resumido a um exame escolar com fins de classificação. Esse método de avaliação ainda predomina nos dias de hoje em muitas escolas, onde se pratica uma avaliação para se determinar aquele grupo de alunos da turma aos quais o professor dará mais atenção, esquecendo-se daquele que mais necessitam da sua orientação, por se encontrarem em condições mais críticas em termos de aprendizagem. Infelizmente, em alguns casos, o professor tem encarado esse grupo como “os sem jeito” que não aprenderam o básico em anos anteriores e que portanto não estão preparados para compreender o conteúdo que ele irá trabalhar, sendo, assim, apontados como os prováveis reprovados no final do ano. Diante disso, concordamos com Perrenoud (1999) quando diz que a escola precisa focar o seu trabalho em que mais precisa dela, que são aqueles alunos com maiores dificuldades de aprendizagem.

A escola precisa questionar o seu modelo de avaliação, os dados produzidos por essa avaliação e os usos que se promovem de tais informações com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, fugindo da visão simplista com que ela tem sido encarada.

A melhoria do trabalho em sala de aula depende muito de uma avaliação sistemática que seja capaz de diagnosticar claramente os percursos de aprendizagem dos alunos em relação aos objetivos estabelecidos para cada etapa de estudos. Daí a necessidade de se debater intensamente a avaliação realizada pelos professores em sala de aula e os resultado das avaliações externas, buscando sempre aprimorar seus instrumentos e processos e aliar seus resultados a responsabilizações de gestores, professores e alunos, a fim de que se sintam desafiados e unam forças para melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas, onde, teoricamente, está a parcela da sociedade que mais necessita de uma educação de qualidade.

Conforme Luckesi (2011. p. 29) é necessário que invistamos na “aprendizagem da avaliação”. Estamos reproduzindo os exames escolares seletivos dos quais fomos vítimas enquanto alunos. Essa é uma prática que nos acompanha até hoje, inclusive foi a prática que aprendemos na universidade.

É necessário se desvencilhar dessa concepção equivocada de avaliação. E isso só é possível através da compreensão dos instrumentos e métodos de avaliação postos em prática pelos atuais professores, relacioná-los aos teóricos estudiosos do assunto e construir uma estratégia de avaliação que seja aplicável à realidade das escolas públicas do Ceará e do país.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: quais instrumentos os docentes têm utilizado para mensurar a aprendizagem dos alunos na sala de aula? Como tem se dado a avaliação no dia a dia da sala de aula? Que usos os docentes e a escola como um todo têm feito dos resultados da avaliação realizada pelo professor? A avaliação formativa tem acontecido na sala de aula? Como ela tem se dado? Como tem sido utilizado os resultados da avaliação pelo professor para buscar melhorias nos processos de ensinar e aprender? Quais as concepções de avaliação subjazem as práticas docentes nas escolas públicas? Com quais objetivos se avalia? Qual o envolvimento dos docentes nos questionamentos e encaminhamentos fundamentados nos resultados da avaliação?

É necessário mergulharmos nesse campo para compreendermos como podemos ajudar mais e melhor o aluno a partir do que ele nos mostra com o seu desempenho numa avaliação. A escola e o professor precisam ser sensíveis à necessidade de melhoria tanto do processo de avaliação quanto da ação pedagógica visando contribuir mais efetivamente para a elevação do desempenho acadêmico dos alunos.

**O que nos dizem os estudiosos da avaliação**

# A avaliação constitui uma das mais importantes ferramentas do trabalho pedagógico, pois é ela que vai fornecer aos professores as informações sobre a aprendizagem de cada aluno. Daí a necessidade de se buscar realizar uma avaliação com rigor técnico para que se possa ter um retrato fiel do nível de aprendizagem de cada discente em particular, a fim de que se possa criar condições de implementar ações que sejam eficazes para a elevação do desempenho desses jovens.

Para Perrenoud (1999), a avaliação deve ser formativa, capaz de produzir um diagnóstico fiel sobre o desempenho dos alunos, ser socializada com todos os docentes da instituição, utilizada para fundamentar ações a serem desenvolvidas na sala de aula, e contar com o envolvimento de todos no debate sobre a interpretação dos dados produzidos por ela.

Para este autor, é necessário romper com o caráter classificatório da avaliação e transitar para um uso mais produtivo desse instrumento. Segundo Luckesi, “Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. (LUCKESI, 2011. p. 91).

Professor e aluno precisam compreender a avaliação como uma estratégia fundamental para se buscar o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, e não como um instrumento que já determina o futuro do aluno logo ao ingressar na escola, como coloca Perrenoud ao dizer que “a nota é uma mensagem que não diz de início o que o aluno sabe, mas o que pode lhe acontecer “se continuar assim até o final do ano””. (PERRENOUD, 2011. p. 12). O autor defende que a avaliação não deve ser uma prática gratuita, mas servir para fundamentar uma decisão. Para ele, o diagnóstico é inútil se não der lugar a uma ação apropriada. Ele deixa isso claro quando fala da avaliação formativa, dizendo que:

Uma verdadeira avaliação formativa é necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada, com o que isso supõe em termos de meios de ensino, de organização dos horários, de organização do grupoaula, até mesmo de transformações radicais das estruturas escolares. (PERRENOUD, 1999. p. 15).

Essa seria uma prática de avaliação que contribuiria positivamente para repensar o trabalho docente e consequentemente oferecer melhor suporte à aprendizagem dos alunos, contribuindo para a elevação do seu rendimento escolar de forma sistemática, clara e eficaz.

Para Luckesi, (2011), é necessário se superar a visão simplista que se tem sobre avaliação, transitando do exame escolar realizado para fins de classificação do aluno, o qual é visto como único culpado pelo seu insucesso, para uma visão de avaliação emancipadora, capaz de combater o fracasso escolar, de contribuir para a identificação e superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos e comprometida com a democratização do ensino.

Para este autor:

Agir inclusivamente numa sociedade excludente exige consciência crítica, clara, precisa e desejo político de se confrontar com esse modo de ser, que já não nos satisfaz mais. O ato de usar a avaliação da aprendizagem dentro da escola, hoje, configurada como investigação e intervenção a serviço da obtenção de resultados bem sucedidos é um ato revolucionário em relação ao modelo social vigente. (LUCKESI, 2011. p. 70).

É interessante percebermos que o posicionamento de Luckesi defende uma avaliação que esteja a serviço das aprendizagens e consequentemente da emancipação do aluno no que se refere à sua autonomia intelectual bem como à sua libertação desse modelo social que insiste em lhe negar uma educação de qualidade que seja capaz de libertá-lo das garras do capitalismo avassalador no qual vivemos.

Soares (2004) vem reforçar o posicionamento de Luckesi quando defende que é um direito do aluno ser avaliado, e que a avaliação enquanto estratégia pedagógica é necessária a qualquer escola comprometida com uma educação libertadora à medida que favorece o desempenho do aluno.

# Para Souza (2007) a avaliação é parte do processo educacional, e como tal tem a função de auxiliar na solução de problemas educacionais, dando o devido retorno dos processos de ensino e aprendizagem, verificando até que ponto estão surtindo os efeitos desejados e os objetivos estão sendo alcançados. As avaliações por si não resolvem os problemas da educação. Elas têm a função de levantar informações que permitam identificar características da prática pedagógica, verificando quais se relacionam mais estreitamente com a melhoria da aprendizagem dos alunos e reforçar esses aspectos da prática docente que se mostram mais eficazes.

Para Pestana (1998, p. 66. Apud SOARES. 2004. p. 67) as avaliações assumem papel fundamental para a melhoria da qualidade dos processos de ensinar e aprender uma vez que “as escolas não tem clareza sobre onde devem chegar, e muitas vezes nem sabem de que bases partem”.

Essa visão de avaliação é alargada por Sousa e Bonamino (2012), quando afirmam que a avaliação atrelada à responsabilização assume maior importância nos processos pedagógicos, porém, há riscos para o currículo escolar através de ações pedagógicas voltada para “ensinar para o teste” que é quando os aspectos contemplados na avaliação recebem maior importância no trabalho do professor e o restante do currículo fica relegado a segundo plano, provocando o “estreitamento do currículo”.

Luckesi (2011), alerta sobre esse risco quando defende que a avaliação deve orientar ações docentes voltadas para a melhoria da aprendizagem, e não apenas para melhorar o índice de aprovação dos alunos.

Percebe-se, portanto, a grande importância que a avaliação assume na configuração de práticas efetivas e eficazes nos processos de ensinar e aprender, o que configura uma educação de qualidade. Assim é fundamental que a avaliação ganhe um espaço próprio de debate a partir do chão da escola e com o envolvimento de professores, alunos e gestão. E é necessário também que o debate sobre a melhoria da qualidade da educação esteja fundamentado nos indicadores produzidos pela avaliação.

**Avaliação da aprendizagem e qualidade na educação**

Para se caminhar na busca do padrão de qualidade na educação, torna-se imprescindível o debate no interior da escola sobre como se dão os processos de ensino e aprendizagem. É fundamental que o grupo de docentes trabalhe em equipe para buscar, juntos, as causas dos sucessos ou insucessos dos alunos e construir estratégias de superação das dificuldades apresentadas por eles, visando construir orientações que serão colocadas em prática por toda a equipe escolar. Como diz Perrenoud (1999):

O ideal seria caminhar para uma prática refletida e uma profissionalização, Que o controle da qualidade do ensino fosse exercido por cada professor e seus pares, no centro da equipe pedagógica, e que o estabelecimento funcionasse no modo da autoavaliação. (PERRENOUD, 1999. p. 153).

Nesse sentido, é importante que a reflexão sobre o próprio trabalho esteja nas práticas cotidianas da escola como instrumento para direcionar as ações a fim de tornar mais eficientes e eficazes os processos de ensinar e aprender.

É importante que os profissionais do ensino médio estejam preparados para desenvolver uma avaliação formativa que seja capaz de identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, bem como as causas destas, e busquem, no conjunto dos docentes da escola, estratégias de trabalho para superar tais dificuldades e contribuir para a elevação do desempenho acadêmico dos alunos nessa última etapa da educação básica. Nesse sentido, a avaliação ganha uma importância ímpar por proporcionar o conhecimento do nível em que o aluno se encontra ao chegar à escola, de forma que o professor possa, a partir daí, traçar um plano de trabalho que contemple as potencialidades de aprendizagem, garantindo assim a continuidade de seu aprendizado e auxiliando na sua formação como pessoa, como cidadão, com capacidade de aprender continuamente, de viver em sociedade, compreendendo e reagindo às constantes mudanças por que passa o mundo moderno, de forma a atender ao que preceitua o Art. 35 da LDB quando diz:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

Para se alcançar essa qualidade da educação, o aluno precisa contar com profissionais qualificados capazes de conhecer e compreender o seu nível de conhecimento, envolvendo-o em situações de aprendizagem que contribuam para a elevação do seu desempenho escolar e, consequentemente, para a melhoria da qualidade da educação. Ou seja, para conhecer, é preciso avaliar criteriosamente e refletir a partir dos resultados dessa avaliação.

A avaliação encarada dessa forma contribui para a melhoria da qualidade da educação, a qual se concretizará através do desenvolvimento de estratégias que sejam capazes de identificar claramente o nível de desempenho do aluno com a finalidade de orientar a prática docente. Isso parece ser ainda um grande desafio para os profissionais da educação pública no estado do Ceará.

É necessário que se reflita sobre como tem se dado essa prática nas escolas públicas e como seus resultados têm servido (e se têm servido) como instrumento para a reflexão do trabalho da escola como um todo e de cada professor em particular.

**A contribuição da avaliação externa para uma reflexão a partir da escola**

Os dados da avaliação externa do Estado do Ceará mostram que, das escolas que compõem a 18ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, as que apresentam melhor resultado geral não conseguem chegar ao intervalo correspondente ao nível adequado na escala de proficiência. Esses melhores resultados estão nas escolas profissionalizantes de tempo integral. A grande maioria dos alunos da rede pública está nos níveis muito crítico e crítico, na escala de proficiência que está dividida em quatro intervalos e mensura o desempenho do aluno numa escala que vai de 0 a 500 pontos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Níveis de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática do Spaece.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Disciplina | Padrões de Desempenho | | | |
| Muito Crítico | Crítico | Intermediário | Adequado |
| Língua Portuguesa | Até 225 pontos | 225 a 275 pontos | 275 a 325 pontos | Acima de 325 pontos |
| Matemática | Até 250 pontos | 250 a 300 pontos | 300 a 350 pontos | Acima de 350 pontos |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAEd/UFJF

Os indicadores dessa avaliação, quando apropriados pelos profissionais da escola, representam um forte aliado na definição de estratégias de trabalho por apontar as competências e habilidades em que os alunos apresentam maiores dificuldades, e nas quais a escola poderá empreender um esforço maior no sentido de contribuir para que os alunos superem as dificuldades apresentadas.

A avaliação do ensino-aprendizagem, tanto no seu formato interno quanto em larga escala, precisa ser melhor trabalhada dentro das escolas, principalmente no que se refere às consequências desse processo.

Para que a educação tenha a sua qualidade elevada, é imprescindível que se promova uma avaliação sistemática em sala de aula e se utilizem os dados dessa avaliação como instrumento de regulação das aprendizagens dos alunos, através de uma discussão envolvendo todos os profissionais da escola na construção de uma prática docente que represente desafios possíveis de aprendizagem para os discentes, ao mesmo tempo em que deve ser capaz de suscitar práticas docentes que envolvam todos os alunos em situações de aprendizagem. Como afirma Luckesi (2011. p. 31) “olhar para a nossa prática pode ser uma grande oportunidade de aprender”. O autor propõe ainda que o educador promova uma avaliação de si próprio, questionando a adequação de suas ações e buscando sempre melhorar o seu desempenho como docente, através do questionamento, tanto do bom quanto do mau resultado de aprendizagem do aluno, diante de uma situação de avaliação.

Voltando à questão dos indicadores de desempenho dos alunos ao final do ensino médio nas escolas públicas jurisdicionadas pela 18ª CREDE, percebe-se que os mesmos são baixos conforme se verifica no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), no desempenho dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares.

E como profissional da educação, essa situação tem trazido incômodo, principalmente na questão da responsabilização, que deve estar aliada a uma postura proativa de reflexão dos docentes sobre como tem se dado a prática em sala de aula, bem como à necessidade de a gestão escolar em criar situações para que esses questionamentos possam ter assento na definição dos rumos da escola.

Na contra mão desse baixo desempenho, temos uma escola que nos parece ser resistente a uma auto avaliação sistemática capaz de envolver o conjunto de seus professores em questionamentos voltados à reflexão do seu trabalho com o objetivo de promover mudanças significativas nas práticas docentes. Nesse sentido, Luckesi (idem. p. 31) nos traz um questionamento interessante quando nos faz a provocação sugerindo avaliar a aprendizagem do aluno, incluindo nesse processo a nossa avaliação enquanto educadores e avaliadores.

É necessário trazer para o interior das escolas públicas o questionamento sobre a avaliação visando a implementação de uma cultura educacional que avalie para promover a aprendizagem, para verificar quais são os alunos que requerem maior atenção por parte do professor e para elevar o nível de aprendizagem da turma. Para Luckesi:

[...]a aferição da aprendizagem escolar é utilizada, na quase totalidade das vezes, para classificar os alunos em aprovados e reprovados. E nas ocasiões em que se possibilita uma revisão dos conteúdos, em si, não é para proceder a uma aprendizagem ainda não realizada ou ao aprofundamento de uma determinada aprendizagem, mas sim para “melhorar” a nota do educando e, com isso, aprová-lo. (LUCKESI, 2011. p. 51).

Como se desvencilhar dessas práticas restritas de verificação da aprendizagem e transitar para uma avaliação da aprendizagem de fato nas práticas docentes de sala de aula? Como superar a lógica dos exames escolares denunciada por Luckesi?

É necessário que os professores reflitam sobre a avaliação de forma que se incluam como objeto desse processo. Para que o professor proceda a um diagnóstico bem feito, ele precisa se apropriar bem dos conteúdos da avaliação, ele precisa transitar da simples verificação da aprendizagem - em que se coloca o aluno como único culpado pelo seu desempenho, seja ele satisfatório ou insatisfatório - para uma avaliação que questiona professores e alunos e os chama a uma reflexão responsável pelo desempenho de ambos em sala de aula e os motiva a buscar alternativas de melhorar os processos de ensinar e aprender. Investir em um bom diagnóstico, possibilita a produção de dados mais coerentes e consequentemente uma melhor intervenção.

É necessário que ultrapassemos o conceito e a prática da verificação de rendimento escolar para a prática da avaliação que questiona professores, alunos e instituição como sujeitos envolvidos e influentes na promoção de uma educação de qualidade.

Assim, a avaliação deve estar alinhada a uma proposta pedagógica comprometida com a aquisição das competências e habilidades pelos alunos que os capacitarão para o exercício crítico da cidadania em uma sociedade capitalista como a que vivemos. Daí a necessidade de se promover uma avaliação de forma rigorosa e que tenha como principal objetivo a melhoria dos processos de ensinar e aprender, porque vai envolver professores e alunos numa reflexão sobre o trabalho escolar, compromisso e desempenho de cada um nesse processo.

Perrenoud diz que a avaliação deve ser formativa, contínua e comprometida com a individualização das aprendizagens para que se possa promover uma intervenção pedagógica adequada às necessidades dos educandos. Segundo Luckesi, para que essa avaliação aconteça, ela deve contar com instrumentos adequados.

É portanto necessário se questionar a avaliação da forma como ela acontece no dia a dia da sala de aula, bem como da utilização dos dados produzidos por ela e das ações de responsabilização de seus agentes. Diante disso, e da urgente necessidade de se melhorar a qualidade da educação pública, é necessário melhorar esse processo, buscando conhecer e analisar os instrumentos e métodos de avaliação colocados em prática pelos professores do ensino médio nas escolas públicas jurisdicionadas pela 18ª CREDE, bem como as ações de responsabilização construídas a partir do conhecimento da prática docente e do desempenho acadêmico dos alunos.

**Para concluir**

Educação de qualidade se faz com ações que contribuam para um efetivo aprendizado dos alunos. Para isso, é fundamental que a escola, ancorada em um projeto pedagógico bem elaborado, desenvolva uma prática de ensino que seja atraente, inovadora e eficaz na construção da aprendizagem pelos alunos.

E para desenvolver uma educação que seja de fato de qualidade, a escola precisa se conhecer, conhecer os alunos, as suas necessidades e possibilidades, possuir um grupo de profissionais dispostos a aprenderem continuamente e colocar em prática uma avaliação capaz de fornecer informações fidedignas sobre os processos de ensinar e aprender e que sejam utilizados pelos docentes como instrumento para refletir sobre o trabalho cotidiano no interior da escola, avaliando todos os elementos envolvidos na tarefa de contribuir para que o aluno aprenda cada vez mais e melhor.

Dessa forma, conhecer e refletir sobre o trabalho, visando a melhoria da aprendizagem do aluno é fundamental para que a educação praticada na instituição contribua para a formação cidadã dos seus jovens, cumprindo, assim o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere aos padrões mínimos de qualidade, conforme se observa no Art. 3ª, Inc. IX: quando afirma que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais, “garantia de padrão de qualidade”.

E uma estratégia para que essa qualidade seja alcançada passa pela disposição e capacidade dos sujeitos envolvidos nesse processo avaliarem e se avaliarem continuamente, refletindo sobre estratégias de melhoria da aprendizagem dos estudantes.

A avaliação do “conjunto da obra” é um dos pontos defendidos por Luckesi. A esta ideia deve-se acrescentar a individualização das aprendizagem proposta por Perrenoud para fundamente ar uma intervenção mais produtiva por parte do docente e a reflexão sobre as relações entre a avaliação e as práticas de gestão desenvolvidas no interior das escolas.

Defendemos portanto, que a avaliação que não contempla o todo da escola tenderá a priorizar aspectos pontuais do trabalho educativo, e seu resultado será tímido, porque não desenvolverá uma visão holística do processo como condição para pensar refletir sobre o que dizem os resultados da avaliação escolar para que se possa construir as bases sobre as quais se desenvolverá uma prática coerente com as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos, e consequentemente contribua mais eficazmente para o desenvolvimento acadêmico dos mesmos.

**Bibliografia**

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

PERRENOUD. Phillipe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre Artmed, 1999.

PESTANA, Maria Inês. **O Sistema de Avaliação brasileiro**. In: Rev. Bras. De Est. Pedagógica., Brasília, v. 79, n. 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

SOARES, José Francisco. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos.** In REICE – Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. 2004, vol. 2 n. 2. Disponível em: <<http://ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/soares.pdf>. Acessado em 26.09.2018.

SOUSA, Sandra Zákia e BONAMINO, Alícia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. In Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **As relações entre os resultados da avaliação e os modelos de gestão escolar**. Disponível em: [www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/download/.../128](http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/download/.../128). Acessado em 25.09.2018.‎